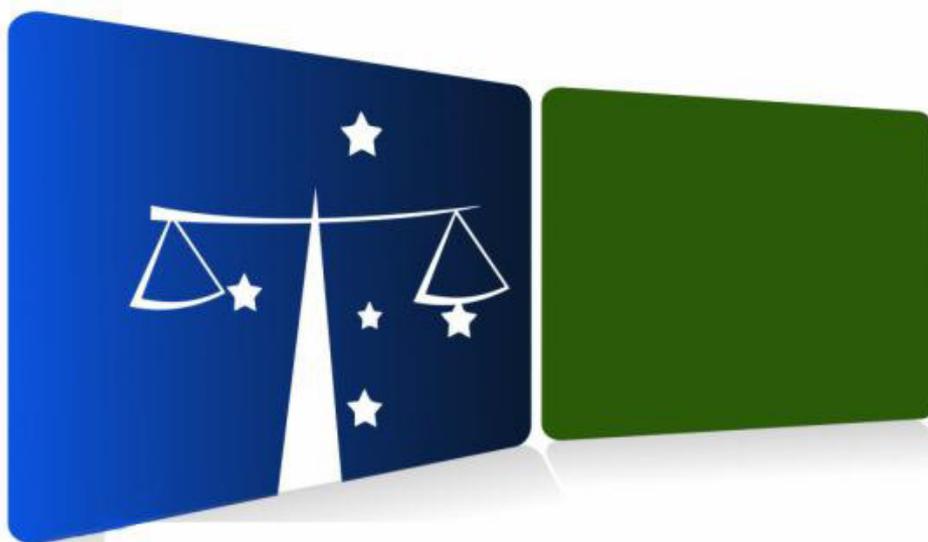


PROCESSO SELETIVO PARA JUIZ LEIGO E CONCILIADOR DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Leia com atenção as instruções abaixo

- Ao receber as folhas de resposta e redação, confira inicialmente se ela está identificada, bem como se na etiqueta consta seus dados. Em seguida, verifique se ele contém vinte questões, corretamente ordenadas de 1 a 20. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mas próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores neste sentido.

- Você encontrará dois tipos de questões: objetivas de múltipla escolha e discursiva. Nas questões do tipo múltipla escolha, marque, em cada uma, a única opção correta de acordo com o respectivo comando. Na questão do tipo discursiva, utilize, caso necessário o espaço de rascunho deste caderno de questões e transcreva à folha de redação a versão final, sem rasuras e de maneira legível.

- Não utilize borracha, lápis, lapiseira (grafite) e/ou qualquer material de consulta.

- Durante a prova, não se comunique com os outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala.

- A duração da prova é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação que deve ser feita no decorrer da aplicação e ao preenchimento da folha de respostas e de redação.

- Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, trinta minutos após o início da prova e poderá levar este caderno de prova somente após transcorridas duas horas desde o início da prova.

- Ao terminar a prova chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as suas folhas de resposta e redação e deixe o local de prova.

- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno de questões ou na folha de respostas poderá implicar a anulação de sua prova.

BOA PROVA!

C O N C I L I A D O R



QUESTÃO 01

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- a) Os Municípios devem criar e instalar Juizados Especiais.
- b) Os Juizados Especiais são providos, exclusivamente, por Juízes Togados.
- c) O Juiz que preside a audiência de Instrução e Julgamento é denominado "Juiz de Paz", visto que compete a ele, antes da instrução processual, a tentativa de composição entre as partes.
- d) A conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo são a competência dos Juizados Especiais.
- e) Os procedimentos dos Juizados Especiais são oral e sumário.

QUESTÃO 02

Em relação aos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar:

- a) nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- b) os maiores e capazes poderão ser autores, independentemente de assistência por advogado, salvo para fins de conciliação, quando a assistência advocatícia é obrigatória.
- c) dada sua menor complexidade e competência específica, não existe intervenção do Ministério Público nas causas nele em curso.
- d) o mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
- e) admitir-se-á como forma de intervenção de terceiro somente a denunciação da lide, vedada a assistência litisconsorcial.

QUESTÃO 03

De acordo com a Lei no 9.099/1995, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis:

- a) o juiz determinará a remessa dos autos ao juízo competente quando reconhecer a incompetência territorial.
- b) não podem ser parte, como autoras, as pessoas jurídicas, sem exceção.
- c) não se admitem, dentre outras, ações de natureza alimentar e quaisquer das modalidades de despejo.
- d) reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial se o demandado deixar de comparecer a quaisquer das audiências, de conciliação ou de instrução e julgamento, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz.
- e) dispensa-se a assistência por advogado, em primeiro grau de jurisdição, independentemente do valor da causa.

QUESTÃO 04

Com relação aos Juizados Especiais, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. Diante dos Princípios norteadores dos Juizados Especiais, desnecessária se faz a presença das condições da ação em processo que tramita neste sistema, não acarretando a extinção sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 267, VI do CPC.
- II. Nos casos em que o valor do suposto crédito perseguido supera o teto do Juizado Especial, mas não tenha qualquer outra causa que o exclua pela Lei nº 9099/95, nem haja necessidade de produção de prova complexa pode o autor optar pelo Juizado Especial, caso renuncie o valor excedente aos 40 Salários Mínimos.
- III. Em caso de ser reconhecida a incompetência territorial em processo que



tramita frente aos Juizados Especiais, extingue-se o feito sem julgamento do mérito.

IV. A interposição dos Embargos de Declaração interrompem o prazo para recurso, desconsiderando o tempo já decorrido entre a publicação da sentença embargada e a intimação da decisão dos embargos de declaratórios.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente a proposição I está correta.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Nenhuma das proposições está correta.

QUESTÃO 05

Nos Juizados Especiais Cíveis,

- a) não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro, assistência ou litisconsórcio.
- b) nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, o foro competente será sempre, e exclusivamente, o do domicílio do réu ou do local do ato ou fato.
- c) podem ser julgadas as causas cíveis de menor complexidade, entre elas as ações de despejo para uso próprio e as que não excedam a quarenta vezes o salário mínimo, inclusive as ações possessórias sobre bens imóveis, limitadas a esse valor.
- d) não poderão propor ações quaisquer pessoas jurídicas, o incapaz, o preso, a massa falida e o insolvente civil.
- e) o réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, desde

que possua vínculo empregatício com a pessoa jurídica.

QUESTÃO 06

Pedro, bacharel em direito, interpôs reclamação junto ao Juizado Especial Cível, no valor de vinte salários mínimos. Entretanto, por ser bacharel e se considerar um excelente aluno, recusou a assistência por advogado. Tendo como fundamento a Lei 9.099/95, é correto afirmar que:

- a) em qualquer hipótese poderia postular junto ao Juizado Especial Cível sem ser representado por advogado, exceto para recorrer.
- b) em nenhuma hipótese poderia postular junto ao Juizado Especial Cível sem ser assistido por advogado.
- c) em qualquer hipótese para postular junto ao Juizado Especial Cível deveria ser assistido por advogado.
- d) como era bacharel em direito, poderia recorrer, desde que assistido por advogado.
- e) como bacharel em direito, poderia postular junto ao Juizado Especial Cível, nas causas acima de 20 salários mínimos, advogando em causa própria.

QUESTÃO 07

Com base no disposto na Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta a respeito dos juizados especiais cíveis.

- a) Os conciliadores e os juízes leigos são auxiliares da justiça recrutados, respectivamente, entre os bacharéis em direito e entre advogados com mais de dez anos de experiência.
- b) Excetuada a hipótese de conciliação, a opção pelo procedimento dos juizados especiais importará em renúncia ao crédito



excedente ao valor de quarenta vezes o salário mínimo.

c) As ações possessórias não se incluem entre as competências dos juizados especiais, uma vez que a complexidade desse tipo de ação é incompatível com o rito célere desses juizados.

d) As causas relativas ao estado e à capacidade das pessoas só serão processadas e julgadas nos juizados especiais se forem de cunho meramente patrimonial.

e) Em se tratando de ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente para as causas dos juizados especiais o juizado do foro do domicílio do réu.

QUESTÃO 08

Conforme a Lei Federal n.º 9.099/1995, o processo orientar-se-á pelos critérios de:

a) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, quando possível.

b) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

c) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre a transação.

d) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, buscando sempre a conciliação.

e) oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, quando possível.

QUESTÃO 09

Quanto à execução no âmbito da Lei 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, assinale a única alternativa correta:

a) Valerá como título judicial o acordo celebrado pelas partes, por instrumento

escrito, referendado pelo órgão competente do Ministério Público.

b) Na audiência realizada na execução de título extrajudicial, será buscado o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível com a efetivação da alienação judicial, devendo o conciliador propor, entre outras medidas cabíveis, o pagamento do débito a prazo ou a prestação, a dação em pagamento ou a imediata adjudicação do bem penhorado.

c) Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será extinto, com o arquivamento dos documentos.

d) Não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, proceder-se-á de ofício à execução, dispensada nova citação.

e) Na execução de título extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente.

QUESTÃO 10

Considerando as disposições aplicadas aos Juizados Especiais Cíveis, julgue as assertivas abaixo:

I. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência.

II. Incluem-se na competência dos Juizados Especiais Cíveis as causas de natureza alimentar não excedentes a 40 (quarenta) salários mínimos.

III. Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes.

IV. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé.



- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 11

Quanto aos atos processuais no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta.

- a) Os atos processuais serão públicos e somente se realizarão em horário de expediente forense.
- b) Apenas os atos considerados essenciais serão gravados em fita magnética ou equivalente, quanto aos demais atos registrados resumidamente em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas.
- c) À luz do princípio da economia processual, os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades a que se propõem.
- d) Os atos processuais serão públicos, sendo possível a realização em horário noturno.
- e) A fita magnética ou equivalente em que gravados os atos processuais será inutilizada após finda a fase instrutória.

QUESTÃO 12

No âmbito do Juizado Especial Cível, previsto na Lei nº. 9099/95.

- a) O não comparecimento do autor à audiência gera revelia.
- b) O acesso independe, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

- c) O Juizado Especial Cível não tem competência para as ações de despejo para uso próprio.
- d) O recurso inominado deve ser recebido, em regra, nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- e) Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente tanto o foro do domicílio do autor quanto o do local do ato ou fato.

QUESTÃO 13

No âmbito dos Juizados Especiais, os prazos somente começam a correr:

- a) do dia da intimação.
- b) do dia útil seguinte da intimação.
- c) do dia da expedição do mandado de intimação.
- d) do dia seguinte da intimação.
- e) no dia da juntada do comprovante da intimação nos autos.

QUESTÃO 14

É cabível transação penal quando a pena máxima cominada ao delito

- a) não for superior a três anos.
- b) for superior a dois anos.
- c) não for superior a quatro anos.
- d) for superior a um ano.
- e) não for superior a dois anos.

QUESTÃO 15

Diz o artigo 76, caput, da Lei nº 9.099/95 que “Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta”. Não se admitirá a proposta, nos termos do § 2º, se ficar comprovado:



- a) não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.
- b) ter sido o agente beneficiado, anteriormente, no prazo de 10 (dez) anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa.
- c) ter o agente descumprido condições de suspensão condicional do processo.
- d) não tiver sido realizada a composição civil dos danos.
- e) ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime ou contravenção penal, à pena privativa de liberdade ou restritivas de direitos, por sentença definitiva.

QUESTÃO 16

Considere as afirmativas abaixo em relação à fase preliminar do processo do Juizado Especial Criminal.

- I - Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público e as partes acompanhadas por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena privativa de liberdade.
- II - A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.
- III - Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, o não oferecimento desta na audiência preliminar implica decadência do direito.
- IV - A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Estão CORRETAS:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 17

Pedro, autor de uma lesão corporal leve contra João, diante da representação efetuada pelo ofendido, foi convocado para comparecer à audiência preliminar no Juizado Especial Criminal da Comarca, acompanhado de advogado, para fins de acordo civil e de transação criminal. Sobre este caso, considere as assertivas abaixo.

- I- A decisão homologatória da composição dos danos civis entre o autor do fato e o ofendido é irrecorrível.
- II - Inexitoso o acordo dos danos civis, antes de oferecer a denúncia, o Ministério público poderá propor a aplicação imediata da pena de três meses de detenção, pois é a pena mínima prevista no tipo penal de lesão corporal leve.
- III - A homologação do acordo criminal entre o Ministério Público, o autor do fato e seu advogado não ter efeitos de natureza civil, podendo os interessados deduzir a pretensão indenizatória dos danos no juízo cível competente.

Estão corretas:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e III
- e) I, II e III



QUESTÃO 18

Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, instituídos pela Lei n.º 12.153/2009, é correto afirmar:

- a) Admite-se a atuação de juízes leigos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Assim como, o cumprimento da sentença com trânsito em julgado, que imponha obrigação de fazer, será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.
- b) Nas causas sujeitas aos Juizados Especiais da Fazenda Pública haverá reexame necessário no caso de procedência do pedido do autor.
- c) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, ressalvada a interposição de recurso contra a sentença, caso em que o prazo será contado em dobro.
- d) No foro em que estiverem instalados, a competência é relativa.
- e) A Fazenda terá prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa correta sobre o Juizado Especial da Fazenda Pública.

- a) As demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos de valor pecuniário até sessenta salários mínimos estão incluídas em sua competência, sendo que a decisão proferida pelas Turmas Recursais terá efeito erga omnes e estará sujeita a pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas, mas não será cabível o recurso extraordinário.
- b) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas

jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, sendo que na audiência de conciliação os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.

c) Os Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas podem atuar como autores, réus ou intervenientes, sendo que quaisquer das partes poderão formular pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.

d) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas poderá exceder sessenta salários mínimos desde que as demandas tenham sido ajuizadas até a data da instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública e para lá tenham sido remetidas pela Justiça Comum, nos termos da lei.

e) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado mediante precatório, caso o montante da condenação exceda o valor definido como obrigação de pequeno valor que é limitado a 40 salários mínimos, quanto aos Estados e ao Distrito Federal, e 30 salários mínimos, quanto aos Municípios, ou aos valores que forem estabelecidos na lei do respectivo ente da Federação.



QUESTÃO 20

No tocante ao processo eletrônico, instituído pela Lei no 11.419/2006, é correto afirmar:

a) Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até às 22 horas do último dia.

b) Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico, quando terão início os prazos processuais.

c) Todos os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida na referida lei.

d) Somente os atos processuais do processo eletrônico devidamente autorizados pelos Presidentes dos Tribunais é que poderão ser assinados eletronicamente na forma estabelecida na referida lei.

e) No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, exceto as da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma da referida lei.



DISCURSIVA

A conciliação é um meio alternativo de resolução de conflitos entre as partes, a fim de acordar sobre determinada discussão. No nosso ordenamento jurídico há a figura da conciliação judicial. Utilizando no máximo 20 linhas, disserte sobre o tema.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20



**PROCESSO SELETIVO PARA JUIZ LEIGO E
CONCILIADOR DO JUÍZADO ESPECIAL
CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA
DO FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

28/02/2016

GABARITO – CONCILIADOR

QUESTÕES OBJETIVAS

QUESTÃO / RESPOSTA					
01	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input checked="" type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
02	<input checked="" type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
03	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input checked="" type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
04	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input checked="" type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
05	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input checked="" type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
06	<input checked="" type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
07	<input type="radio"/> A	<input checked="" type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
08	<input type="radio"/> A	<input checked="" type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
09	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input checked="" type="radio"/> E
10	<input type="radio"/> A	<input checked="" type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E

QUESTÃO / RESPOSTA					
11	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input checked="" type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
12	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input checked="" type="radio"/> E
13	<input type="radio"/> A	<input checked="" type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
14	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input checked="" type="radio"/> E
15	<input checked="" type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
16	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input checked="" type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
17	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input checked="" type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
18	<input checked="" type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
19	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input checked="" type="radio"/> E
10	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input checked="" type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E

QUESTÃO DISCURSIVA

- Português e adequação à norma culta (1,0)
- Coesão e coerência (1,0)
- Argumentação contendo elementos da resposta-base (2,0)

Resposta base disponível no sítio eletrônico: <https://www.tjpr.jus.br/conciliacao>